

VULCABRAS S.A.

C.N.P.J./M.F. 50.926.955/0001-42 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Apresentamos os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparando com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, da Vulcabras S.A. em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e nº 11.638/07), Lei nº 11.941/09 e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos acionistas na sede e site da Companhia. Jundiaí - SP, 01 de março de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.197	114.635	35.161	33	Fornecedores	16	104.925	78.006	368	1.672
Aplicações financeiras	5	4	-	4	-	Financiamentos e empréstimos	17	283.638	291.497	-	-
Contas a receber de clientes	6	769.457	616.275	-	-	Passivo de arrendamento	18	8.509	7.129	-	-
Estoques	7	567.831	493.497	-	-	Impostos a recolher	19	19.670	8.944	330	130
Impostos a recuperar	8	18.685	46.852	582	576	Salários e férias a pagar	19	56.139	45.618	13	13
Imposto de renda e contribuição social	9a	13.859	7.073	1.331	746	Provisões	19	3.102	22.488	397	418
Valores a receber por alienação de operação		-	3.850	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	2.576	-	-
Outras contas a receber		26.074	17.115	6.141	2.124	Comissões a pagar		19.538	14.305	-	-
Total do ativo circulante		1.593.107	1.299.297	43.219	3.479	Dividendos e lucros a pagar		20.734	4	20.734	4
Aplicações financeiras	5	8.942	10.312	1	2	Outras contas a pagar		53.716	24.337	1.191	153
Contas a receber de clientes	6	5.153	3.631	-	-	Total do passivo circulante		569.971	494.904	23.033	2.390
Impostos a recuperar	8	193.504	63.099	1.831	1.821	Financiamentos e empréstimos	17	133.410	69.753	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9b	13.591	493	301	-	Mútuos com partes relacionadas	11	18.448	18.041	109.889	206.533
Depósitos judiciais	10	22.419	16.005	408	338	Passivo de arrendamento	18	12.059	12.650	-	-
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	-	118.324	Provisões	19	54.274	37.390	591	-
Valores a receber por alienação de operação		-	1.720	-	-	Provisão para perdas com investimento	12	-	-	-	135
Bens destinados à venda		194	194	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	17.079	2.272	301	-
Outras contas a receber		1.934	2.208	973	1.299	Outras contas a pagar		3.681	3.665	-	-
Realizável a longo prazo		245.737	97.662	3.514	121.784	Total do passivo não circulante		238.951	143.771	110.781	206.668
Investimentos	12	75.662	69.408	1.798.458	1.439.905	Patrimônio líquido					
Propriedade para investimento		4	5	-	-	Capital social	20	1.106.717	1.106.717	1.106.717	1.106.717
Direito de uso	18	18.119	17.442	-	-	Reservas de reavaliação	20	4.175	4.410	4.175	4.410
Imobilizado	13	379.031	302.337	-	-	Reservas de capital	20	4.647	4.731	4.647	4.731
Intangível	14	209.096	209.086	111	111	Ações em tesouraria	20	(6.119)	-	(6.119)	-
		681.912	598.278	1.798.569	1.440.016	Reserva legal	20	39.187	15.692	39.187	15.692
Total do ativo não circulante		927.649	695.940	1.802.083	1.561.800	Reserva de lucros a realizar	20	-	201.927	-	201.927
						Reserva estatutária	20	536.907	-	536.907	-
						Ajustes de avaliação patrimonial	20	25.974	22.744	25.974	22.744
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.711.488	1.356.221	1.711.488	1.356.221
						Participações de não controladores		346	341	-	-
						Total do patrimônio líquido		1.711.834	1.356.562	1.711.488	1.356.221
						Total do passivo		808.922	638.675	133.814	209.058
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.520.756	1.995.237	1.845.302	1.565.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Consolidado										Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Reservas de capital e ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.106.717	4.670	3.034	21.114	-	-	-	(10.457)	1.125.078	316	1.125.394	
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(260)	-	-	-	-	-	260	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(86.015)	(86.015)	-	(86.015)	
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	1.697	-	-	-	-	1.697	-	-	1.697	
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	201.927	-	(201.927)	-	-	-	
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	15.692	-	(15.692)	-	-	-	
Outros resultado abrangentes												
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	1.194	-	-	-	-	1.194	17	1.211	
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	436	-	-	-	-	436	-	436	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	313.831	313.831	8	313.839	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.106.717	4.410	4.731	22.744	15.692	201.927	-	-	1.356.221	341	1.356.562	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.106.717	4.410	4.731	22.744	15.692	201.927	-	-	1.356.221	341	1.356.562	
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(235)	-	-	-	-	-	235	-	-	-	
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	(84)	-	-	-	-	-	(84)	-	(84)	
Ações em Tesouraria Adquiridas	-	-	(6.119)	-	-	-	-	-	(6.119)	-	(6.119)	
Transferência de reserva de lucros a realizar para reserva estatutária	-	-	-	-	-	(201.927)	201.927	-	-	-	-	
Outros resultado abrangentes												
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	2.873	-	-	-	-	2.873	(25)	2.848	
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	357	-	-	-	-	357	-	357	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	469.900	469.900	30	469.930	
Destinação do lucro:												
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	23.495	-	-	(23.495)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(111.660)	(111.660)	-	(111.660)	
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	334.980	(334.980)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.106.717	4.175	(1.472)	25.974	39.187	-	-	536.907	1.711.488	346	1.711.834	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Operação em continuidade	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	21	2.536.936	1.867.176	-	-
Custo das vendas e revendas	22	(1.599.498)	(1.207.761)	-	-
Lucro bruto		937.438	659.415	-	-
Despesas com vendas	23	(394.695)	(301.396)	-	-
Reversão (provisão) para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	23	(14.539)	11.929	-	-
Despesas administrativas	24	(150.168)	(118.135)	(5.398)	(7.703)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	50.233	70.784	5.050	4.867
Resultado da equivalência patrimonial	12b	5.298	3.072	473.848	317.491
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		443.567	325.667	473.500	314.655
Receitas financeiras		125.916	88.023	18.244	7.952
Despesas financeiras		(84.618)	(75.565)	(21.821)	(8.776)
Despesas e receitas financeiras, líquidas	26	41.298	12.458	(3.577)	(824)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		484.865	338.125	469.923	313.831
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9c	(14.935)	(24.286)	(23)	-
Lucro líquido do exercício		469.930	313.839	469.900	313.831
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		469.900	313.831	469.900	313.831
Acionistas não controladores		30	8	-	-
Lucro líquido do exercício		469.930	313.839	469.900	313.831
Resultado por ação					
Resultado por ação ordinária - básico		-	-	1.9124	1.2770
Resultado por ação ordinária - diluído		-	-	1.9056	1.2606
Quantidade de ações ao final do exercício					
Ações ordinárias em circulação		-	-	245.710.968	245.756.244
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor		-	-	246.595.701	248.956.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Resultado do exercício	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros resultados abrangentes - ORA	3.230	1.630	3.230	1.630
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.873	1.194	2.873	1.194
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	357	436	357	436
Resultado abrangente total	473.160	315.469	473.130	315.461
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	473.130	315.461	473.130	315.461
Acionistas não controladores	30	8	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vulcabras S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiaí - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas localizadas no Nordeste, nos estados do Ceará e Bahia. A Companhia é registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sob código de negociação VULC3. A Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades e tem como objetivo a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas: • Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (antes Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.) ("Vulcabras CE") - que possui as seguintes empresas subsidiárias: • Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. (antes Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.) ("Vulcabras SP"); • Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. ("Vulcabras Distribuidora"); • Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.; • Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (antes Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.) ("Vulcabras BA"); • Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.; • Calçados Azaleia Peru S.A.; e • Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. As marcas administradas pelas sociedades compreendem: **Marcas próprias:** Azaleia, Dijeem, Oik, Olympikus, Opanka e Vulcabras. **Marcas de terceiros:** Under Armour e Mizuno. **1.1 Eventos relevantes durante o exercício de 2022: 1.1.1 Impactos do Covid-19 (coronavírus):** Mesmo após mais de dois anos do início da pandemia de COVID-19, os efeitos das medidas de combate a pandemia ainda perduram. Porém, com o avanço da vacinação contra a Covid-19 em todas as regiões do país, houve uma reação positiva da economia e os efeitos dessa reação foram sentidos por quase todos os segmentos econômicos. No âmbito global ainda foram sentidos os efeitos negativos dos transtornos trazidos com o desarranjo entre as cadeias produtivas, principalmente com as medidas adotadas pela China no decorrer de 2022. Mesmo com essas intercorrências externas o desempenho ao longo de todo o ano de 2022 foi bastante positivo e a Companhia e suas controladas observaram crescimento das vendas, demonstrando assertividade de suas estratégias. De toda forma, a Administração da Companhia segue acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades governamentais e mensurando os possíveis impactos nos seus negócios. A Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. A Companhia ainda, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02, 03/2020 e 01/2021, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Abaixo elencamos as principais análises realizadas: • **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e suas controladas não vêem riscos relevantes, pois os valores continuam sendo mantidos em bancos de primeira linha (ver nota explicativa 26), com liquidez imediata e em aplicações com taxas pré-definidas. • **Estoques:** As controladas da Companhia tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. Esta análise foi realizada na data-base e o impacto apresentado na nota explicativa 7. • **Contas a receber:** As controladas da Companhia mantêm análise constante da movimentação do contas a receber para que, caso seja necessário, complemente a provisão para a perda esperada. Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito da Companhia, não há concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis. A política das controladas da Companhia de mensuração de perda com clientes está descrita na nota explicativa 6c. • **Financiamentos e empréstimos:** Desde os primeiros impactos da pandemia da COVID-19, as controladas da Companhia mantiveram sua disciplina financeira e buscou reforçar o caixa com aportes relativos a linhas de créditos, as quais se encontravam pré-aprovadas, priorizando operações incentivadas e com prazos



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

	País	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Calzados Azaleia Peru S.A.	Peru	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Brasil	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Globalcity S.A. (*)	Uruguai	-	1,55	-	98,45	-	100,00
Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Brasil	-	-	99,99	99,99	99,99	99,99
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Brasil	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	0,14	0,14	99,86	99,86	100,00	100,00
Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Brasil	100,00	100,00	-	-	100,00	100,00
Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) Em outubro de 2022, a Globalcity S.A. encerrou suas operações. **a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação:** Calzados Azaleia Peru S.A.: A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano. Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.: A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., tem por objetivo a comercialização e distribuição de calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional. Globalcity S.A.: A Globalcity S.A. tinha como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Em outubro de 2022, encerrou suas operações. Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.: A Running Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização de calçados, vestuários e acessórios esportivos com a marca Mizuno. Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.: A Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos e botas para uso profissional. Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.: A Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem como objetivo principal o desenvolvimento, industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos. Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.: A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções esportivos. Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.: A Vulcabras Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. tem por objeto social específico o planejamento, promoção, incorporação imobiliária e comercialização de empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido no imóvel localizado em Jundiaí - SP. Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.: A Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos através de suas lojas e e-commerce.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) e base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM e as normas e orientações expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras.

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OPC7 007, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes e apropriadas para o objetivo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada pela Companhia como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos fundos de investimentos em ações a VJORA que são mensurados pelo valor justo e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As empresas no exterior tem como moeda funcional o Dólar e o Peso Colombiano e foi realizada a conversão do balanço para a apresentação em real. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 3.1.b -** equivalência patrimonial em investidas; determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **• Nota explicativa 3.1.e -** consolidação; determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; **• Nota explicativa 18 -** Prazo de arrendamento; se as controladas da Companhia têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 6 -** Contas a receber; **• Nota explicativa 7 -** Contas a pagar; **• Nota explicativa 15 -** Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros; teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa 19 -** Provisões; reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.3 Mensuração do valor justo:** Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisará as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente, no mercado. **• Nível 3:** inputs, exceto os preços cotados reconhecidos na hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 28 -** instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **3.1 Base de consolidação: a. Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um teste de concentração que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos constitui um negócio. A opção de concentração aplica-se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **b. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até o momento em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c. Participação de acionistas não controladores:** A Companhia e suas controladas elegem mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **d. Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes e investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. **f. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo, são evidenciados na aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. **3.3 Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. As controladas da Companhia reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ao cliente. Nesse contexto a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para vendas nas quais são permitidas devoluções de mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de devoluções. **3.4 Benefícios a empregados: a. Benefícios de curto prazo à empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **b. Acordo para pagamento baseado em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data do balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas de pessoal. **3.5 Subvenção governamental:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como deduções da receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. **3.6 Recitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras compreendem: **•** Receita de juros; **•** Despesa de juros; **•** Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **•** Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao **•** Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou **•** Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.7 Impostos: a. Impostos sobre vendas:** Recitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: **•** Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial. As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para a PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Diferido:** Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e o CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **3.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizable líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de produção, exceto os custos de aquisição e de produção para trazer os estoques à sua condição e localização originais, em processo e acabado, o custo dos gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.9 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelas próprias controladas da Companhia inclui: **•** O custo de materiais e mão de obra direta; **•** Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; **•** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e **•** Custos de empréstimos sobre ativos qualificados. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa

quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O software comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa 13. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. **3.10 Ativo intangível e ágio: (i) Ágio:** O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(iv) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(v) Amortização:** A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios é o valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil. A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível. **3.11 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** O custo a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação:** Os ativos financeiros a VJR e os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados com base no custo histórico e custos acumulados, assim como uma medida de lucro é a Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo. Outros resultados abrangentes: **•** Instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação:** Os ativos financeiros a VJR e os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados com base no custo histórico e custos acumulados, assim como uma medida de lucro é a Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo. Outros resultados abrangentes: **•** Instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação:** Os ativos financeiros a VJR e os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados com base no custo histórico e custos acumulados, assim como uma medida de lucro é a Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo. Outros resultados abrangentes: **•** Instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação:** Os ativos financeiros a VJR e os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados com base no custo histórico e custos acumulados, assim como uma medida de lucro é a Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo. Outros resultados abrangentes: **•** Instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação:** Os ativos financeiros a VJR e os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados com base no custo histórico e custos acumulados, assim como uma medida de lucro é a Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo. Outros resultados abrangentes: **•** Instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial, ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

a 40% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2021). Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário), são remunerados a 101,0% a 102,75% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de 98,0% a 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Vide nota explicativa 28 sobre a exposição de risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados	2.257	5.005	4	-
Fundos de investimentos - renda fixa	6.271	4.413	1	2
Fundo de investimento em ações	418	894	-	-
	8.946	10.312	5	2
Circulante	4	-	4	-
Não circulante	8.942	10.312	1	2

Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário) não possuem liquidez, pois estão vinculados às garantias em contratos de financiamento (BNB) e são remunerados a 98,0% do CDI (98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa no valor de R\$ 6.271 (R\$ 4.413 em 31 de dezembro de 2021) remuneram 84% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de 28% a 46% do CDI em 31 de dezembro de 2021), não possuem liquidez, pois estão vinculadas às garantias em contratos de financiamento (BNB).

Os fundos de investimentos em ações no valor de R\$ 418 (R\$ 894 em 31 de dezembro de 2021) são ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da B3, na data dessas demonstrações financeiras.

6 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
No país:		
Clientes	751.487	629.540
No exterior:		
Clientes	66.369	25.440
Subtotal do contas a receber de clientes	817.856	654.980
Perdas por redução ao valor recuperável	(43.246)	(35.074)
Total do contas a receber de clientes, líquido	774.610	619.906
Circulante	769.457	616.275
Não circulante	5.153	3.631

b. Por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
1 a 30 dias	250.939	194.604
31 a 60 dias	222.261	191.466
61 a 90 dias	179.538	138.199
Acima de 90 dias	115.494	90.996
	768.232	615.265
Vencidos		
1 a 30 dias	13.977	5.129
31 a 60 dias	682	578
61 a 90 dias	368	624
Acima de 90 dias	34.597	33.384
	49.624	39.715
	817.856	654.980

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria, comércio e do país do qual o cliente opera. Detalhes sobre vendas brutas no mercado externo e interno estão divulgados na nota explicativa 21. A Administração entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 43.246 (R\$ 35.074 em 31 de dezembro de 2021) que decorre dos critérios descritos no item (c). **c. Critérios de mensuração das perdas com clientes (impairment):** A análise de concessão de crédito para os clientes é feita quando da realização do cadastro do mesmo no sistema da Companhia e de suas controladas, para o qual existe a exigência de toda a documentação necessária, inclusive demonstrativos financeiros e referências comerciais. É reavaliado o limite de crédito a cada entrada de novos pedidos, em virtude da sazonalidade do mercado financeiro. Além da análise individual de cada cliente em atraso, a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda esperada com contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes como, por exemplo, por região geográfica, linha de produto ou tipo de cliente, risco de crédito, entre outros. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perdas históricas observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perdas. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas para o próximo ano, o que pode levar a um aumento na inadimplência, as taxas de perda esperadas são ajustadas, quando julgado necessário. Em todas as datas de fechamento contábil, as taxas de perda são atualizadas e a necessidade de mudanças nas estimativas prospectivas é avaliada. O critério utilizado para a constituição de provisão para redução ao valor recuperável é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo. A Companhia e suas controladas fazem análise individual de cada cliente. Para clientes em situação de recuperação judicial (RJ), a Companhia tem política de provisionar para perda esperada o montante que pode variar de 20% a 40% do saldo em aberto para os clientes com perfil de reestruturação financeira e para os que não têm o mesmo perfil é aplicado 100% sobre o saldo em aberto. **d. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:** A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(35.074)	(50.529)
Complemento de provisão	(16.403)	(4.831)
Estorno para cessão de crédito (*)	-	8.604
Baixas	3.377	3.526
Recuperação de provisões	4.854	8.156
Saldo final	(43.246)	(35.074)

(*) Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou operação de cessões de crédito com títulos já provisionados para perdas que estavam em situação de recuperação judicial, sem impacto no resultado em virtude da reversão da provisão de perdas esperadas de crédito e descontos financeiros da operação. Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito das controladas da Companhia, a concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis é menor que 13%. De tal forma que, ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022, não houve alteração significativa na participação ou concentração nos principais clientes. A exposição da Companhia e de suas controladas aos riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa 28.

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	117.538	113.212
Mercadoria para revenda	185.895	178.131
Produtos em elaboração	54.830	42.862
Matérias primas	135.236	105.311
Material de embalagem e armazenado	26.176	24.283
Mercadorias em trânsito	26.637	22.148
Importações em andamento	19.425	5.456
Outros	2.094	2.094
	567.831	493.497

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment): As controladas da Companhia, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perdas de produtos acabados e revendas é de R\$ 10.744 (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2021), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 25.746 (R\$ 16.368 em 31 de dezembro de 2021) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 3.275 (R\$ 3.252 em 31 de dezembro de 2021). O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 1.226.908 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 908.490 em 31 de dezembro de 2021). **b. Movimentação da provisão (impairment):** A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(28.524)	(31.683)
Adições/reversões do exercício	(26.372)	(26.456)
Baixa	15.131	29.615
Saldo final	(39.765)	(28.524)

8 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	4.315	7.211	20	20
IPI	1.175	1.214	-	-
PIS/COFINS (b)	192.405	95.809	-	-
FINSOCIAL	2.385	2.377	1.831	1.821
Reintegra	610	517	-	-
Indébitos tributários (a)	8.792	-	-	-
Outros	2.507	2.823	562	556
	212.189	109.951	2.413	2.397
Circulante	18.685	46.852	582	576
Não circulante	193.504	63.099	1.831	1.821

(a) Refere-se ao reconhecimento de indébitos tributários - SELIC, decorrentes da não tributação da atualização monetária com base na variação da SELIC. (b) Em novembro de 2022, a controlada Vulcabras CE obteve o trânsito em julgado do processo 0002512-80.2007.4.05.8100 referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e reconheceu créditos extemporâneos no montante de R\$ 126.151, sendo R\$ 53.352 de principal e R\$ 72.799 de atualização monetária, contabilizados como outras receitas operacionais e receitas financeiras durante o exercício corrente, respectivamente. As controladas da Companhia tem outros processos em diferentes instâncias, mas nenhum com características para ser contabilizado neste momento.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda - Antecipação:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda - antecipação	13.859	7.073	1.331	746
	13.859	7.073	1.331	746

b. Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(2.151)	(2.272)
Provisões	(1.659)	(2.576)
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	322	493
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(3.488)	(4.355)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	13.591	493
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(17.079)	(4.848)

c. Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e correntes estão contabilizados no resultado consolidado. Conforme demonstrado na nota explicativa 9d, a alíquota utilizada na apuração do imposto foi de 34%:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(15.851)	(21.710)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	916	(2.576)
	(14.935)	(24.286)

d. Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	484.865	338.124
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	164.854	114.962
Despesas não dedutíveis	4.620	4.848
Incentivos fiscais - estaduais (a)	(82.054)	(52.749)
Incentivo a inovação tecnológica	(10.190)	(8.361)
Incentivo de IRPJ	(30.973)	(5.945)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(15.179)	(16.167)
Outras adições/Exclusões	(9.425)	8.476
Receitas não tributáveis	(7.977)	(4.035)
Atualização de indébitos tributários	(4.318)	(7.350)
Outros	6.493	(11.968)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	14.935	24.287
Corrente	15.851	21.711
Diferido	916	2.576
Taxa efetiva (b)	3,08%	7,18%

(a) Vide descrição dos benefícios tributários na nota explicativa 30. (b) Taxa efetiva sobre o lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social.

e. Prejuízos fiscais a compensar: A Companhia e suas controladas Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. Assim, a Companhia e suas controladas não registram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	31/12/2022					
	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Running, Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Vulcabras S.A.
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2022	262.862	602.406	70.474	377.313	4.867	39.268
Base negativa de contribuição social em 31.12.2022	1.102.811	614.428	70.610	377.817	5.115	39.268

	31/12/2021					
	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Running, Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Vulcabras S.A.
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2021	314.055	613.812	73.889	340.958	142	39.265
Base negativa de contribuição social em 31.12.2021	1.127.399	625.834	73.889	340.958	142	39.265

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (nota explicativa 19), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais Cíveis	43	65	-	-
Trabalhistas	13.044	13.944	285	222
Tributários	9.332	1.996	123	116
Total	22.419	16.005	408	338

a. Trabalhistas (consolidado): Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a pedidos de horas extras, equiparação salarial, insalubridade, periculosidade, danos morais e doença do trabalho. Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora online de partes dos valores contidos nos processos trabalhistas em execução. **b. Cíveis (consolidado):** Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações em geral por danos materiais e/ou morais, e também pedidos relacionados a supostos defeitos oriundos de fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados. **c. Tributário (consolidado):** Os depósitos judiciais tributários referem-se às ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas no Brasil e Peru, além de transações de mútuos com controladas. Os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP. **a. Controladora e controladora filial:** A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A., sendo que a parte controladora final é do Sr. Pedro Grenade Barte. **b. Transações com controladora:** As transações entre a controladora e suas controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Mútuos com controladas (*)	-	-	-	118.324
Passivo				
Mútuos com controladas (*)	54.542	-	55.347	109.889
				31/12/2022
				31/12/2021

Resultado (15.701) 9.956 (6.102) (11.847) (3.508)
Resultado financeiro
(*) Os contratos de mútuos são corrigidos a 100% do CDI. A vigência dos contratos é de cinco anos, com vencimento final entre 2025 a 2026. **c. Operações entre sociedades controladas: Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas:** A controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

	Globalcyr		Running		Azaleia Peru		Vulcabras SP		Vulcabras Distribuidora		Vulcabras BA		31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo																
Contas a receber	-	5.348	2.852	86.883	34	1.437	96.554	97.872								
Outros créditos	-	131	-	1.877	3.114	3.671	8.793	5.472								

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

13 Imobilizado

a. Composição da conta:

	Taxa média de Depreciação %	Consolidado					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	a.a.	156.354	(94.888)	61.466	131.113	(91.221)	39.892
Edificações	2 a 4	156.354	(94.888)	61.466	131.113	(91.221)	39.892
Máquinas e equipamentos	10	437.061	(280.468)	156.593	395.160	(279.326)	115.834
Moldes	100	288.976	(269.910)	19.066	278.863	(262.565)	16.298
Móveis e utensílios	10 a 20	43.272	(25.863)	17.409	40.777	(27.285)	13.492
Veículos	20	2.393	(1.940)	453	2.241	(1.953)	288
Equipamentos de computação	20 a 25	38.882	(27.474)	11.408	32.775	(25.000)	7.775
Terrenos	–	3.730	–	3.730	3.326	–	3.326
Moldes em andamento	–	823	–	823	–	–	–
Obras em andamento	–	3.180	–	3.180	7.719	–	7.719
Instalações	10	157.697	(81.615)	76.082	135.563	(71.758)	63.805
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	4.606	(1.549)	3.057	4.586	(603)	3.983
Importações em andamento	–	25.763	–	25.763	29.249	–	29.249
Benfeitorias em propriedade arrendadas	20	1.671	(1.671)	–	1.671	(996)	675
Outros	10 a 20	26	(25)	1	28	(27)	1
		1.164.434	(785.403)	379.031	1.063.071	(760.734)	302.337

b. Movimentação do custo:

	Consolidado					
	01/01/2021			31/12/2022		
	Saldo inicial	Adições	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Saldo final
Em 31 de dezembro de 2022	130.375	1.421	–	(1.306)	623	131.113
Edificações	130.375	1.421	–	(1.306)	623	131.113
Máquinas e equipamentos	362.699	11.628	(6.935)	27.768	–	395.160
Moldes	262.557	34.346	(18.360)	320	–	278.863
Móveis e utensílios	32.131	3.823	(900)	5.262	–	40.777
Veículos	2.241	87	(107)	–	20	2.241
Equipamentos de computação	28.806	3.152	(275)	973	–	32.775
Terrenos	3.486	–	(160)	–	–	3.326
Moldes em andamento	–	1.165	(851)	(314)	–	823
Obras em andamento	3.541	11.435	(641)	(6.616)	–	7.719
Instalações	127.027	9.463	(445)	(492)	–	135.563
Benfeitorias em bens de terceiros	89	551	–	3.948	–	4.586
Importações em andamento	5.309	55.124	(4.948)	(26.236)	–	29.249
Benfeitorias em propriedade arrendada	1.524	147	–	–	–	1.671
Outros	3.356	–	(13)	(3.315)	–	28
	962.941	132.342	(33.635)	–	–	1.063.071

c. Movimentação da depreciação:

	Consolidado					
	01/01/2021			31/12/2022		
	Saldo inicial	Adições	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Saldo final
Em 31 de dezembro de 2022	(87.487)	(3.576)	–	(158)	(91.221)	(91.221)
Edificações	(87.487)	(3.576)	–	(158)	(91.221)	(91.221)
Máquinas e equipamentos	(270.166)	(15.371)	6.211	–	(279.326)	(280.468)
Moldes	(250.588)	(27.550)	15.573	–	(262.565)	(262.565)
Móveis e utensílios	(23.655)	(1.816)	30	(1.570)	(264)	(27.285)
Veículos	(1.939)	(99)	101	–	(16)	(1,953)
Equipamentos de computação	(22.771)	(2.120)	98	–	(207)	(25.000)
Instalações	(62.652)	(9.218)	1	111	–	(71.758)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	(403)	–	(111)	–	(603)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(664)	(332)	–	–	–	(996)
Outros	(1.609)	(1)	13	1.570	–	(27)
	(721.630)	(60.486)	22.027	–	(645)	(760.734)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato. Anualmente a Companhia e suas controladas revisam a vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

14 Intangível

a. Composição da conta:

	Prazo de vida útil	Consolidado					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Em 31 de dezembro de 2022		43.899	(36.626)	7.273	41.516	(34.289)	7.227
Vida útil definida							
Software	5 anos	43.899	(36.626)	7.273	41.516	(34.289)	7.227
Cessão de direito	Prazo contratual	533	(456)	77	566	(453)	113
Fundo de comércio	Prazo contratual	1.464	–	1.464	1.464	–	1.464
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	–	2.068	–	2.068	2.068	–	2.068
Ágio	–	198.214	–	198.214	198.214	–	198.214
		246.178	(37.082)	209.096	243.828	(34.742)	209.086

A amortização dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (software industrial) e despesas de vendas (cessão de direitos). b. Movimentação do custo:

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado			
			Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2022			41.516	2.537	(66)	(88)
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	41.516	2.537	(66)	(88)
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	566	–	–	(33)
Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	1.464	–	–	–
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	–	–	2.068	–	–	–
Ágio	–	–	198.214	–	–	–
			243.828	2.537	(66)	(121)

Em 31 de dezembro de 2021

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado			
			Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2021			39.040	2.523	(148)	101
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	39.040	2.523	(148)	101
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	531	–	–	35
Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	1.873	–	(409)	–
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	–	–	2.067	1	–	–
Ágio	–	–	198.214	–	–	–
			241.526	2.524	(358)	136

c. Movimentação da amortização:

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado			
			Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2022			(34.289)	(2.394)	–	57
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	(34.289)	(2.394)	–	57
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(453)	(28)	–	25
			(34.742)	(2.422)	–	82

Em 31 de dezembro de 2021

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado			
			Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2021			(32.218)	(2.119)	106	(58)
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	(32.218)	(2.119)	106	(58)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(391)	(36)	–	(26)
			(32.609)	(2.155)	106	(84)

d. Ágio na combinação de negócio: Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, apresentados na controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas em 2009, não são amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme nota explicativa 15.

15 Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros

a. Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração. Não ocorreu indicio de perda para redução ao valor recuperável foi identificado em 31 de dezembro de 2022. b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado. O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa. c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis não há possibilidade de separar uma UGC (Unidade Geradora de Caixa) e apontá-la como a geradora de caixa exclusiva em função da compra da Azaleia, desde a aquisição, as operações das duas companhias se fundiram e se tornou impossível distinguir quais são as receitas geradas em virtude dos ativos exclusivos adquiridos na compra da Azaleia. Desta forma, considera-se a Companhia e suas controladas como uma única unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para descosto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 16,07% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (13,90% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas: **Receitas:** O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 7,99% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (6,78% a.a. em 31 de dezembro de 2021) entre os exercícios de 2023 e 2027. A variação em relação ao ano anterior está comentada na nota explicativa 1.1.1.. **Custo:** O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas das Companhias. Após a definição da projeção de vendas foi definida a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido. Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos. **Despesas:** As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta. As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos. **Lucro líquido e geração de caixa livre:** O Lucro líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com uma taxa de crescimento composta (CAGR) de 10,96% a.a. (8,85% a.a. em 31 de dezembro de 2021) entre os exercícios de 2023 a 2027. A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero. O valor em uso foi aproximadamente R\$ 3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2021), portanto, significativamente superior ao valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis.

16 Fornecedores

a. Composição da conta:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores				
Nacionais	64.559	61.816	368	1.672
Internacionais	104.366	16.190	–	–
	104.925	78.006	368	1.672

b. Por vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
1 a 30 dias	77.442	58.892
31 a 60 dias	22.822	13.246
61 a 90 dias	3.542	2.678
Acima de 90 dias	270	2.999
	104.076	78.815

Dada a característica dos produtos e a cadeia de suprimentos da Companhia e suas controladas, é constatada a ampla oferta de matéria-prima, suprimentos e fornecedores, de tal forma que a Companhia e suas controladas não apresentam concentração da carteira de fornecedores. Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia e suas controladas realizaram estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 39 dias em 31 de dezembro de 2022 (41 dias em 31 de dezembro de 2021), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

17 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta:

	Taxa de juros 2022	Taxa de juros 2021	Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional				
Ativo fixo	IPCA + 2,04% a.a./Taxa Fixa 10,22% a.a.	IPCA + 2,04% a.a.	68.929	64.330
Incentivo fiscal	TJLP	TJLP	3.145	2.571
	IPCA + 2,07% a.a./ CDI + 1,28% a 1,70% a.a./ TLP + 1,90% a.a./Taxa Fixa 11,44% a.a.	IPCA + 2,07% a.a./ CDI + 1,10% a 1,23% a.a.	341.178	286.237
			413.252	353.138
Moeda estrangeira				
Capital de Giro	Taxa Fixa 1,18% a 6,09% a.a.	Taxa Fixa 1,18% a 2,15% a.a.	3.796	8.112
			3.796	8.112
Total dos empréstimos e financiamentos			417.048	361.250
Circulante			283.638	291.497
Não circulante			133.410	69.753

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 4.175 (R\$ 4.410 em 31 de dezembro de 2021). A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros (prejuízos) acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização. **c. Reserva de capital: (i) Stock option: Condições gerais:** A Companhia possui 4 (quatro) Planos de Outorga de Opções de Ações em vigor. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2019: Aprovação do plano:** Em 06 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o 2º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 780.000 (setecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Características do plano:**
2º plano de outorga de opções - 2019
Data da outorga 06/mar/2019
Quantidade de opções outorgadas 780.000^(a)
Período de carência para o exercício (Vesting) 3 anos
Vencimento para o exercício 31/mar/2022
Prazo máximo para o exercício 31/mar/2023
Preço de exercício R\$ 7,96^(b)
Beneficiários (colaboradores) 22^(c)
^(a) O preço de exercício é fixado em R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. ^(b) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 22 (vinte e dois) executivos, porém com a saída de 04 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 18 (dezoito). ^(c) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 780.000 (setecentos e oitenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 685.000 (seiscentos e oitenta e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2020: Aprovação do plano:** Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o 3º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 870.000 (oitocentos e setenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

3º plano de outorga de opções - 2020
Data da outorga 10/ago/2020
Quantidade de opções outorgadas 870.000^(a)
Período de carência para o exercício (Vesting) 3 anos
Vencimento para o exercício 31/mar/2023
Prazo máximo para o exercício 31/mar/2024
Preço de exercício R\$ 8,57^(b)
Beneficiários (colaboradores) 21^(c)
^(a) O preço de exercício é fixado em R\$8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. ^(b) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 21 (vinte e um) executivos, porém com a saída de 03 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 18 (dezoito). ^(c) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 870.000 (oitocentos e setenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 805.000 (setecentos e oitenta e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2021: Aprovação do plano:** Em 11 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou o 4º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 970.000 (novecentos e setenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,06 (oito reais e seis centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

4º plano de outorga de opções - 2021
Data da outorga 11/mar/2021
Quantidade de opções outorgadas 970.000^(a)
Período de carência para o exercício (Vesting) 3 anos
Vencimento para o exercício 31/mar/2024
Prazo máximo para o exercício 31/mar/2025
Preço de exercício R\$ 8,06^(b)
Beneficiários (colaboradores) 23^(c)
^(a) O preço de exercício é fixado em R\$8,06 (oito reais e seis centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. ^(b) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 23 (vinte e três) executivos, porém com a saída de 04 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 19 (dezanove). ^(c) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 970.000 (novecentos e setenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 855.000 (oitocentos e cinquenta e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2022: Aprovação do plano:** Em 03 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 5º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,89 (oito reais e oitenta e nove centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

5º plano de outorga de opções - 2022
Data da outorga 03/mar/2022
Quantidade de opções outorgadas 980.000^(a)
Período de carência para o exercício (Vesting) 3 anos
Vencimento para o exercício 31/mar/2025
Prazo máximo para o exercício 31/mar/2026
Preço de exercício R\$ 8,89^(b)
Beneficiários (colaboradores) 23^(c)
^(a) O preço de exercício é fixado em R\$8,89 (oito reais e oitenta e nove centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. ^(b) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 23 (vinte e três) executivos, porém com a saída de 03 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 20 (vinte). ^(c) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 895.000 (oitocentos e noventa e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2022: Aprovação do plano:** Em 03 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 5º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,89 (oito reais e oitenta e nove centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

5º plano de outorga de opções - 2022
Data da outorga 03/mar/2022
Quantidade de opções outorgadas 980.000^(a)
Período de carência para o exercício (Vesting) 3 anos
Vencimento para o exercício 31/mar/2025
Prazo máximo para o exercício 31/mar/2026
Preço de exercício R\$ 8,89^(b)
Beneficiários (colaboradores) 23^(c)
^(a) O preço de exercício é fixado em R\$8,89 (oito reais e oitenta e nove centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. ^(b) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 23 (vinte e três) executivos, porém com a saída de 03 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 20 (vinte). ^(c) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 895.000 (oitocentos e noventa e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações dos diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2022: Aprovação do plano:** Em 03 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 5º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,89 (oito reais e oitenta e nove centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(a) A despesa acumulada até 31 de março de 2022, no valor de R\$ 1.638, foi revertida no 1º trimestre de 2022, em decorrência da expiração do prazo máximo para exercício do referido plano. **d. Reserva de lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal destinada em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 23.495, com base em 5% do lucro líquido do exercício, findando o saldo em R\$ 39.187 (R\$ 15.692 em 31 de dezembro de 2021). **(ii) Dividendos:** A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	469.900	469.900
(-) Reserva legal - 5%	(23.495)	(23.495)
(+) Realização da reserva de reavaliação	235	235
Base de cálculo	446.640	446.640
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	111.660	111.660

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia declarou dividendos, no valor de R\$ 111.660 (R\$ 86.015 em 12 de novembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar relacionado a esses valores é de R\$ 20.734 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021). **(iii) Reserva Estatutária:** A reserva estatutária para efetivação de novos investimentos, foi constituída nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$ 536.907. Essa reserva foi constituída através da realocação de parcela do lucro do exercício anterior, a qual estava originalmente classificada como reserva de lucros a realizar nas demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **e. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 25.974 (R\$ 22.744 em 31 de dezembro de 2021).

21 Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	2.694.893	2.067.833
Mercado externo	232.110	139.199
Serviços prestados	4.869	3.695
	2.931.871	2.210.727
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(561.724)	(415.210)
Incentivos fiscais - ICMS (nota explicativa 30)	241.425	177.179
Devoluções, abatimentos e desconto pontualidade	(74.636)	(105.520)
	(394.935)	(343.551)
Receita operacional líquida	2.536.936	1.867.176

22 Custo das vendas e revendas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custos das vendas		
Matéria-prima	(647.216)	(453.104)
Mão de obra	(322.771)	(251.309)
Custo indiretos	(256.921)	(203.577)
Revendas	(372.590)	(299.271)
Total custo das vendas e revendas	(1.599.498)	(1.207.761)

23 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Comissões	(87.282)	(71.764)
Fretes	(89.707)	(70.565)
Propaganda	(95.690)	(68.096)
Propaganda - Despesas com pessoal	(4.720)	(4.589)
Propaganda - Outros gastos	(2.893)	(652)
Royalties	(40.470)	(25.938)
Gastos com pessoal	(50.888)	(41.893)
Outros gastos	(13.445)	(17.601)
	(384.695)	(301.398)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.539)	11.929
Total de despesas com vendas	(399.234)	(289.469)

24 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com pessoal	(59.326)	(52.775)	(763)	(2.544)
Serviços de terceiros	(40.683)	(23.277)	(2.361)	(3.065)
Aluguéis	(3.639)	(3.759)	-	-
Viagens e estadias	(1.042)	(717)	(1)	(1)
Segurança	(1.539)	(1.418)	(226)	(103)
Líquidos e impostos	(2.140)	(1.775)	(474)	(527)
Informática e telecomunicação	(14.044)	(9.005)	(83)	(45)
Energia elétrica, água e esgoto	(958)	(1.071)	(48)	(24)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(3.456)	(3.779)	(18)	(5)
Depreciação e amortização	(16.149)	(16.203)	-	(183)
Outros	(7.192)	(4.356)	(1.424)	(1.112)
Total despesas administrativas	(150.168)	(118.135)	(5.398)	(7.703)

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais				
Receita de aluguel	5.706	5.074	5.686	5.057
Receitas sobre vendas de energia	-	45	-	-
Venda de sucata	1.559	1.516	-	-
Receita na venda de ativo fixo	2.565	3.218	-	-
Crédito extemporâneo de PIS/COFINS - exclusão do ICMS (nota explicativa 8)	53.352	66.946	-	-
Ganho com liquidação de refinanciamento pré-existente	-	13.980	-	-
Indébitos tributários - SELIC (nota explicativa 8)	8.792	-	-	-
Outros	6.354	7.721	-	-
Total outras receitas operacionais	78.328	98.500	5.686	5.057
Outras despesas operacionais				
Provisão (reversão) para contingências	(3.432)	(9.740)	(563)	(35)
Despesa na venda de ativo fixo	(3.754)	(3.430)	-	-
Outros	(20.909)	(14.546)	(73)	(155)
Total outras despesas operacionais	(28.095)	(27.716)	(636)	(190)
Outras receitas operacionais, líquidas	50.233	70.784	5.050	4.867

26 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	20.977	6.170	3.252	2.576
Outros	18	4	-	-
Subtotal Operacionais	20.995	6.174	3.252	2.576
Juros	5.012	2.229	9.992	5.344
Descontos obtidos	1.671	692	-	-
Atualização de crédito extemporâneo (nota explicativa 8)	72.799	59.135	-	-
Outros	5.258	5.260	5.000	32
Subtotal	84.768	67.316	14.992	5.376
Total receitas financeiras	105.763	73.490	18.244	7.952
Despesas financeiras				
Estrutura de capital				
Juros	(43.722)	(30.436)	(21.805)	(8.770)
IOF	(443)	(253)	(6)	(4)
Outros	(4.040)	(2.667)	-	-
Subtotal Operacionais	(48.205)	(33.356)	(21.811)	(8.774)
Tariffas bancárias	(4.639)	(4.491)	(3)	(2)
Taxa/comissão venda cartão	(202)	(117)	-	-
Descontos concedidos	(2.164)	(10.439)	-	-
AVP	-	(2.269)	-	-
Outras tarifas	(5.117)	(3.398)	(7)	-
Subtotal	(12.122)	(20.714)	(10)	(2)
Total despesas financeiras	(60.327)	(54.070)	(31.811)	(8.776)
Resultado financeiro	45.436	19.420	(18.567)	(824)

27 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41/IAS 33 no montante total de 3.220.000 (três milhões e duzentas e vinte mil) potenciais ações. Do montante total, 685.000 (seiscentas e oitenta e cinco mil) potenciais ações são referentes à segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019, 785.000 (setecentas e oitenta e cinco mil) potenciais ações são referentes à terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 06 de agosto de 2020, 855.000 (oitocentas e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes à quarta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 11 de maio de 2021 e 895.000 (oitocentas e noventa e cinco mil) potenciais ações são referentes à quinta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 03 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) potenciais ações em circulação. Do montante total, 635.000 (seiscentas e trinta e cinco mil) potenciais ações são referentes à primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018 e 755.000 (setecentas e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes à segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019, 870.000 (oitocentas e setenta mil) potenciais ações são referentes à terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 06 de agosto de 2020 e 940.000 (novecentos e quarenta mil) potenciais ações são referentes à quarta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 11 de maio de 2021, que poderiam afetar a diluição do resultado por ações nos termos do CPC 41/IAS 33. O quadro a seguir

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos são apresentados abaixo:

Vencimento	31/12/2022	
	Valor	%
2024	105.353	70%
2025	19.730	13%
2026	12.824	9%
2027	3.615	2%
2028	3.359	2%
2029	3.103	2%
2030	2.390	2%
Total	150.374	100%

Composição dos saldos: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados a seguir:

Descrição	Classificação	Consolidado		31/12/2021	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	197.197	197.197	114.635	114.635
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.528	8.528	9.418	9.418
Fundo de investimento em ações	Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	418	418	894	894
Contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	774.610	774.610	616.275	616.275
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	28.008	28.008	19.323	19.323
Financiamentos e empréstimos:					
Em moeda nacional	Custo amortizado	413.252	462.556	353.138	358.800
Em moeda estrangeira	Custo amortizado	3.796	3.835	8.112	7.564
Fornecedores	Custo amortizado	104.925	104.925	78.006	78.006
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	18.448	18.448	18.041	18.041

Descrição	Classificação	Consolidado		31/12/2021	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	35.161	35.161	33	33
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	5	2	2
Mútuos com partes relacionadas	Ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	118.324	118.324
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	7.114	7.114	3.423	3.423
Fornecedores	Custo amortizado	368	368	1.672	1.672
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	109.889	109.889	206.533	206.533

Descrição	Classificação	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras					
CDB pós-fixados		-	2.257	-	5.005
Fundo de investimento		-	6.271	-	4.413
Fundo de investimento em ações		418	-	894	-

• **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). (vi) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos (fair value):** Aplicações financeiras: Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2022 (ver nota explicativa 5). **Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **Empréstimos e financiamentos:** O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2022 são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas. O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco. **Fornecedores:** Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia e suas controladas, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial. **Limitações:** O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. (vii) **Gestão do capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital estruturada, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos e empréstimos	(417.048)	(361.250)
Passivo de arrendamentos	(20.568)	(19.779)
Caixa e equivalentes de caixa	197.197	114.635
Aplicações financeiras	8.946	10.312
Dívida líquida	(231.473)	(256.082)
Patrimônio líquido	1.711.834	1.356.562

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2022 são resumidos a seguir:

Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura	
		31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	195.000	60.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.L. 3 meses)	20.000	2.000
D&O	Responsabilidade civil geral de administradores	2.000	27.750
RC Geral	Responsabilidade civil geral	7.827	7.827
Veículos leves e pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	27.750	7.827
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	312.577	
Total dos seguros corporativos			

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

André de Camargo Bartelle 1º Vice-Presidente	Pedro Bartelle 2º Vice-Presidente	Paulo Sérgio da Silva Conselheiro Independente	Otávio Ferreira de Magalhães Conselheiro Independente
--------------------------------------------------------	---------------------------------------------	----------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças	Rafael Carqueijo Gouveia Diretor Superintendente	Rodrigo Miceli Piazzer Diretor de Supply Chain	Evandro Saluar Kollet Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia	Márcio Kremer Callage Diretor de Marketing
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES				
Wagner Dantas da Silva				
RESPONSÁVEL TÉCNICO				
Manoel Damião da Silveira Neto Contador CRC 1RJ052266/O-2 "S"-SP				

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25 com redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, a Diretoria da Vulcabras S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

Pedro Bartelle Diretor Presidente	Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
---------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso V do artigo 25 com redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, a Diretoria da Vulcabras S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas, elaborado pela Ernest & Young Auditores Independentes SS.

Pedro Bartelle Diretor Presidente	Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
---------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Vulcabras S.A.
Jundiá - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade dos ativos com vida útil definida e indefinida
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos ativos intangíveis totalizou R\$ 111 mil e R\$ 209.096 mil, incluindo ágio de R\$ 198.214 mil, individual e consolidado, respectivamente. O ativo imobilizado, incluindo edificações, máquinas e equipamentos, totalizou R\$ 379.031 mil, no consolidado, em 31 de dezembro de 2022. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a Companhia é requerida a proceder pelo menos anualmente um teste de recuperabilidade (teste de "impairment") dos valores registrados desses ativos.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, uma vez que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como; determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros.

30 Subvenções e assistência governamental

a. Incentivos federais: • **REDUÇÃO IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia. **b. Incentivos estaduais: (i) Ceará: Para calçados:** • **PROADE** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data-base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP. **Para confecções:** • **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP. **Incentivos adicionais** Tem como adicional ao PROADE calçados e confecção o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de aliquotas nas compras de bens de capital. • **PCDM** - É um programa de incentivo às centrais empresariais de distribuição de mercadorias (PCDM), no qual consiste na redução de 75% do valor do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente sobre as operações de saídas interestaduais de mercadorias. Exclui-se do objeto desse instrumento, o ICMS retido de terceiros pela empresa, em função do regime de substituição tributária. **Incentivos adicionais:** Tem como adicional ao PCDM o diferimento do ICMS incidente: Na importação de mercadorias do exterior para saídas subsequentes, importação do exterior e de outros Estados, de bens para integrar o ativo fixo. **(ii) Bahia:** • **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o diferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS. **Incentivos adicionais:** Tem como adicional ao PROBAHIA o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de aliquotas nas compras de bens de capital. **(iii) Minas Gerais:** • **Regime Especial** - Para operação da Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda. (Filial Extrema-MG), teremos o e-PTA-RE Nº: 45.00024131-24, que trata da seguinte forma o incentivo Regime Especial com protocolo de intenções simplificado prevendo diferimentos, crédito presumido e TTS/ CORREDOR DE IMPORTAÇÃO, que consiste no diferimento do pagamento do ICMS nas importações com fim específico de comercialização; no diferimento parcial, resultando em destaque de 4% (quatro por cento), para produtos importados e 12% para produtos nacionais do ICMS devido nas vendas internas destinadas a contribuintes beneficiários de regime especial; no crédito presumido para que a alíquota efetiva seja de 3% nas operações internas e interestaduais com produtos nacionais e no crédito presumido de 2,5% nas operações interestaduais com produtos importados ou 4% nas operações internas com produtos importados, por prazo indeterminado. • **Regime Especial** - Para operação da Vulcabras SP (Filial Extrema-MG), teremos o e-PTA-RE Nº: 45.00024132-05, que trata da seguinte forma o incentivo Regime Especial: TTS/E-COMMERCE NÃO VINCULADO, que consiste na adoção de procedimentos para a atribuição da responsabilidade pela retenção e pagamento do ICMS devido a título de substituição tributária, à concessão de diferimento de ICMS na importação e à adoção de sistema simplificado de escrituração e apuração do imposto, nas operações contratadas no âmbito do comércio eletrônico ou de telemarketing destinadas a consumidor final com crédito presumido de ICMS nas operações internas de 12% para produtos nacionais e 4% para produtos importados e de 1,3% de alíquota efetiva nas vendas interestaduais, por prazo indeterminado. **c. Incentivos adicionais:** TTS/ATACADISTAS e TTS/E-COMMERCE contempla também diferimento do pagamento do ICMS incidente sobre a entrada de mercadorias com fim específico de comercialização, em decorrência de importação direta do exterior, para as operações subsequentes praticadas pela Vulcabras.

Demonstrativo das Subvenções governamentais		
Incentivo estadual	%	Prazo de vencimento
Proade Calçados	99%	Ago/2031
Provin Confecções	75%	Jun/2022(1)
Probahia	99%	Jul/2027
PCDM	75%	Dez/2022
TTS/ATACADISTAS	Variável	Indeterminado
TTS/E-COMMERCE	Variável	Indeterminado

Controlada
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.
Vulcabras BA, Calç. e Art. Esp. S.A.
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.
Vulcabras SP, Comércio de Art. Esp. Ltda.
(*) A Vulcabras CE submeteu pleito ao Estado do Ceará de prorrogação de benefício por mais 10 anos.

Demonstrativo das subvenções governamentais		
Incentivo federal	%	Prazo de vencimento
Redução IRPJ	75%	Dez/2025
Redução IRPJ	75%	Dez/2026

d. Consolidado: Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

Resultado da equivalência patrimonial na controladora				
Montante do incentivo no consolidado	% participação	31/12/2022	31/12/2021	
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99%	126.378	92.739	
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	100,00%	18.676	25	
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	100,00%	84.361	62.313	
Vulcabras SP, Comércio de Art. Esp. Ltda.	100,00%	11.833	4.390	
		241.248	159.467	

Resultado da equivalência patrimonial na controladora				
Montante do incentivo no consolidado	% participação	31/12/2022	31/12/2021	
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99%	89	44	
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	100,00%	73	40	
		162	84	

31 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas líquidas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior. O Grupo atua no segmento de produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo. Embora os calçados sejam destinados para atender aos diversos públicos e classes sociais, os mesmos não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes, estão assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	2.098.542	1.572.732
Outros calçados e outros	202.013	154.089
Confecções	236.381	140.355
	2.536.936	1.867.176
Mercado interno	2.308.963	1.729.430
Mercado externo	227.973	137.746
	2.536.936	1.867.176

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Brasil	908.166	680.587
Outros países	19.483	15.353
Total	927.649	695.940



VULCABRAS

VULC
B3 LISTED NM



→ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituíram os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública dos assuntos, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 1º de março de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP015199/O
Francisco da Silva Pimentel
Contador - CRC-1SP171230/O-7-T-PE

www.vulcabrasri.com

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 02/03/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/VULCABRAS1567984402032023.pdf>
Hash:1677708241e6a8ad8d19de447d89403447120d71f3